

NÃO HÁ CIÊNCIA SEM DEUS: O CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM DESCARTES

THERE IS NO SCIENCE WITHOUT GOD: SCIENTIFIC KNOWLEDGE IN DESCARTES

Patricia Neumann¹

UNICENTRO

RESUMO: O objetivo deste artigo é mostrar que a ciência moderna dependeu da existência de Deus, com base na Filosofia de Descartes. Ou seja, não haveria o tipo de conhecimento científico sem Deus. O método foi bibliográfico e os resultados foram que postular uma relação de dependência entre Deus e ciência parecia ser a via mais eficaz para a fundação de um modo de conhecer diferente do senso comum. Seria razoável, à época, fundar a ciência separada da metafísica? Ao que parece, seria improvável. Assim, este texto se inicia pelos conceitos de ciência, Deus, ato mental e ideia. Passa por representação e os princípios de causalidade e correspondência, para, finalmente, chegar aos atos mentais do processo de conhecimento, a intuição e a dedução. Considera-se que, a partir das bases fundantes das ciências naturais, seguem-se outras tantas possibilidades na relação entre o eu pensante e as substâncias como, *e.g.*, os debates contemporâneos sobre consciência, relação sujeito/objeto, aspectos do método científico e surgimento de outras ciências que continuam em desenvolvimento.

Palavras-chave: Ciência; Epistemologia; Descartes.

ABSTRACT: The objective of this paper is to present that modern sciences depended on God existence, according to Descartes's Philosophy. That means, scientific knowledge would not be possible without God. The method was bibliographic and results were that postulating a relation of dependence between God and science seemed to be the more effective manner to stablish a mode of knowing different from common sense. Would it be reasonable, at that time, to stablish science separated of metaphysic? Is seems doubtful. Thus, this text begins with the concepts of science, God, mental act and idea. It goes through representation and the principles of causality and correspondence, to finally arrive at the mental acts of the process of knowledge, intuition and deduction. It's considered, based on the foundations of natural sciences, that other many possibilities follow in the relation between self and substances, *e.g.*, current debates about conscience, relation between subject and object, elements of the scientific method and the emergence of other sciences and their development.

Keywords: Science; Epistemology; Descartes.

INTRODUÇÃO

“Nada existe que esteja inteiramente em nosso poder senão nossos pensamentos.”

(Descartes – Discurso do Método)

A proposta deste texto é mostrar a associação entre Deus e ciência, de modo a esclarecer que a ciência postulada por Descartes tem sua origem a partir de questões

¹ Bacharel em Psicologia. Mestra em Educação. Estudante de Licenciatura em Filosofia na UNICENTRO. souhumanista@gmail.com

metafísicas. Para isso, o texto foi construído com base no estilo de ensaio, comum em Filosofia, mas restrito à elucidação e inter-relação de conceitos. Primeiro, apresento o que Descartes entendia por ciência e por Deus. Em seguida, elucido dois conceitos essenciais em sua Filosofia que são o ato mental e a ideia. Depois, esclareço do que se trata a representação e de como ela é central para o princípio de causalidade e conseqüente abandono do princípio de correspondência. É com o princípio de causalidade que Descartes explica a existência da ideia de Deus e as outras ideias. Por fim, elucido os atos mentais que são utilizados para fazer ciência: a intuição e a dedução, atos que são complementares no caminho do conhecer. O texto se concentra, portanto, em elucidar conceitos em Descartes que tornaram possível a ciência moderna e, conseqüentemente, suas descendências até hoje. Espero, ao final, ter auxiliado estudantes de diferentes licenciatura e professoras (es) a ter uma noção introdutória da fundação da ciência moderna, a partir de Descartes.

Deus e Ciência

O problema do conhecimento é central em Descartes e o princípio que vigorava em sua época era o de que havia uma mesma racionalidade para todos os homens², i.e., não havia diferentes racionalidades ou gradações dela. Como, então, se explicava a diferença de opiniões acerca de um mesmo fenômeno? Para Descartes, a causa disso era que os homens levavam seus pensamentos por caminhos divergentes e não tinham rigor no uso de seu espírito (algo aproximado ao que chamamos, hoje, de mente). Era como se não fizessem uso profícuo de seu espírito, deixando que ele se perdesse em meio a tantas sensações e percepções. Era preciso, portanto, um caminho claro e livre de enganos para guiar os homens até o conhecimento, sendo este também claro e livre de equívocos (DESCARTES, 1981).

Neste sentido, já temos uma característica do conhecimento científico: a ciência cuja qual é de interesse de Descartes é aquela em que seus objetos são insuscetíveis a enganos, são incorruptíveis, imutáveis. É apenas estes que se pode conhecer de modo correto e distinto. Somente estes são verdadeiros, pois podemos nos enganar acerca dos demais. Eis uma segunda característica do conhecimento: o objetivo da ciência é encontrar a verdade em meio às imprecisões e ilusões, em meio ao que muda constantemente. Em outras palavras, é preciso algo mais que apenas os dados da experiência imediata. A verdade é, então, imutável e absoluta, não está à mercê de tempo e/ou espaço, é universal. O verdadeiro está junto com o falso e é preciso distingui-los. A ciência que trata de objetos imutáveis, verdadeiros e universais é a Matemática, na qual Descartes, ao combinar aritmética e geometria, fundou o sistema de coordenadas, e.g. Ao tratar do imutável, esta ciência se refere a leis que organizam o mundo e, por isso, podem ser observadas, já que são simples e regulares. Ainda outro elemento fundamental acerca da ciência, em Descartes, é que ela trata do funcionamento do mundo natural, o que fundamenta a busca por seus princípios e, conseqüentemente, leis, depois desenvolvidas por Newton (SANTOS, 1988).

Isto é importante para que, hoje, não façamos confusões com outras ciências como, e.g., as humanas e as sociais, que surgiram depois. Descartes não estava

2 Homem, no século XVII, à época de Descartes, era todo aquele capaz de fazer uso profícuo de sua racionalidade. Os que não fossem capazes disso, perdiam o estatuto ontológico de homem, como os loucos e idiotas (sendo idiotas os deficientes intelectuais, e.g.).

ocupado de investigar fenômenos psicológicos, econômicos, sociais, etc. Seu foco eram os fenômenos naturais e um método capaz de explicá-los, medi-los e prevê-los. A relação entre homem e natureza é de desigualdade ontológica, pois o homem se põe no mundo como superior à natureza e, por isso, acredita ser capaz e no dever de dominá-la. Podemos pensar que o homem moderno acreditava ter mais grau de ser que as coisas do mundo natural, pautado em uma ideia de racionalidade universal que o distingue dos demais seres. O grau de ser tem relação com a noção de criação, pois Deus dota graus de ser às suas criações. Quanto mais próximo do divino, mais grau de ser a criação possui (GILSON, 2006). O grau de ser se refere à corrupção que, em Filosofia, significa aquilo que deteriora, i.e., deterioração (ABBAGNANO, 2007). Por exemplo, anjos têm mais grau de ser que homens e homens mais grau de ser que outros animais. Anjos não deterioram porque não têm corpo (substância com dimensões e extensão, os objetos físicos), são só alma. Homens têm corpo e alma, são corruptíveis, seu corpo deteriora e morre. Por isso homens têm menos grau de ser que anjos. Outros animais têm só corpo, sem alma; eles têm ainda menos grau de ser que homens.

Esta concepção de ciência do imutável estava coerente com a perspectiva de mundo de Descartes, no qual o funcionamento era, para ele, mecânico. Bem como a inserção necessária de Deus para explicar o que se poderia conhecer, já que uma das máximas de Descartes era se manter fiel à religião ao qual foi instruído (no caso, o Catolicismo) e também seguir os costumes de sua cultura (DESCARTES, 1981). Deus era, antes de tudo, parte fundamental da vida de Descartes e sua existência lhe era certa pela fé. Porém, a fé era suficiente somente aos crentes e era preciso, então, provar Deus também racionalmente. Trata-se do Deus cristão, o qual jamais pode ser totalmente conhecido. O homem tem a condição de conhecer, mas esta é limitada porque seu entendimento é limitado. Deus é absoluto, possui em si mesmo a causa ou o princípio de sua própria existência, além de ser absolutamente autônomo, livre e incondicionado. Ele é perfeito e a perfeição não é sua causa, mas sim Deus é a própria perfeição. Deus é por si, ele não foi feito e, por isso, se mostra ao nosso pensamento como pronto, acabado e imóvel. Ele é eterno, nada se acrescenta ou se tira de Deus, ele é o todo pleno, não há nada a acrescentar ou diminuir. Deus não tem aspectos e não se pode referir a ele com características, pois ele é ilimitado e indescritível (GILSON, 2006).

Assim, Deus só pode ser pensado de forma incompleta. Então, o que conhecemos sobre Ele? Em Descartes (1981), não podemos conhecer o próprio Deus; isto é impossível, tal como postula a teologia cristã. Entretanto, podemos conhecer algo acerca de Deus e este algo, para Descartes, é a sua ideia. Este é um conceito central na argumentação quanto ao que podemos conhecer e a relação entre Deus e ciência. Na Terceira Meditação, Descartes se ocupa de provar a existência de Deus e, desta prova, fundamenta-se a capacidade do homem em conhecer o mundo. Mas para chegar à prova de Deus, é preciso passar pelos atos mentais e ideias e o que disto se decorre. Vamos a eles, a seguir.

As Ideias e os Atos Mentais

Para Descartes (1962), há três tipos de ideias e três tipos de atos mentais. Para entender os tipos de ideias, é preciso saber o que são os atos mentais. Um ato mental está na mente (espírito), não pode estar fora dela. Ele se dirige a algo que é correlato

às ideias, porém, sem que haja correspondência entre a ideia e o objeto. Descartes questiona a natureza deste algo ao qual o ato mental de dirige. Este algo é aquilo que permanece apesar de todas as mudanças que a substância, o objeto, possa sofrer. Ao observar as mudanças que possa ocorrer a um objeto, Descartes julgou que havia algo que não se alterava e este algo é a extensão. Isto mostra que há substâncias mutáveis e algo também imutável nelas. A ideia de extensão só foi possível graças aos atos mentais de perceber e examinar, pois foi claro e distinto que o eu, a substância pensante, a qual Descartes chega através da dúvida hiperbólica, percebeu e examinou algo, a extensão. Esta relação entre ideias e objetos só é possível pelo ato de julgar, o qual pertence ao juízo. É quando ocorre o entendimento, i.e., o ato de entender.

O juízo é um dos três tipos de atos mentais. Ele é responsável por atos como afirmar e negar, os quais julgam as coisas do mundo como verdadeiras ou falsas. Este é o tipo central de ato no fazer científico, o entendimento (juízo) é a estrutura do conhecimento. Só com ele se pode conhecer e pressupõe-se também o engano. O engano é o falso e, sem entendimento, não pode haver engano. Os outros dois tipos de atos são o idear e a vontade. Compete ao ato de idear: o perceber, o imaginar, o lembrar, o sentir, o ver, o ouvir, o tatear, o cheirar, o degustar... todos os atos relacionados às sensações no contato com os objetos. Tais atos mentais não podem ser nem verdadeiros nem falsos, pois são imediatos. O que pode ser julgado verdadeiro ou falso são afirmações sobre as substâncias, que é o ato de julgar, o fundamental na ciência. Por fim, o ato de vontade se refere ao desejar, o querer, e envolve o que é bom e ao que é ruim (Ibid, 1962).

Os três tipos de atos ocorrem concomitantes na mente (espírito) e nela se formam as ideias que são também de três tipos: inatas, adventícias e produzidas pelo próprio eu pensante. Ideia inata é aquela produzida por uma causa eficiente, uma causa primeira fora da mente. As adventícias são produzidas pelas substâncias do mundo também fora da mente. Estas substâncias não são como a causa eficiente, pois elas também foram criadas por uma causa primeira. E há, ainda, as ideias produzidas pela própria mente, de dentro dela mesma, ideias que só existem para aquele indivíduo em específico e não para os demais em determinado momento, como uma alucinação visual, e.g. Importante diferenciar a ideia como ato mental e ideia como representação da substância. Ideia como ato mental se trata de uma ação do espírito que parte dele em direção às substâncias do mundo, é o idear. Ideia como representação é a realidade que se tornou objetiva da apreensão da realidade formal das substâncias pelo eu pensante. Uma é a ação e a outra é o conteúdo. Assim sendo, os três tipos de ideias se referem às representações (DESCARTES, 1962), como mostra a síntese no **Quadro 1**.

Quadro 1. Tipos de ato mental e ideias.

Atos mentais	Ações	Ideias	Representação
Ideia (idear)	Perceber, imaginar, lembrar, sentir, ver, ouvir, tatear, cheirar, degustar, etc (de ordem da experiência imediata)	Inatas	Representações causadas por uma causa eficiente, primeira (Deus), inclusive, a própria ideia de Deus. Vêm de fora da mente.
Juízo	Afirmar e negar (de ordem da experiência mediata)	Adventícias	Representações causadas pelas substâncias do mundo. Vêm de fora da mente.
Vontade	Desejar, querer	Originadas na mente	Representações causadas pela mente. Vêm de dentro da mente.

Fonte: autoria própria (2018) com base em Descartes (1962).

As Representações

A representação é outro elemento fundamental na constituição do conhecimento científico. Dizer que as ideias são representações significa que a ideia não é uma imagem semelhante da substância, não se trata da correspondência entre ideia e ideatum (realidade objetiva com a qual supostamente a ideia corresponde). A correspondência só era possível quando se pensava que a via entre intelecto e substância era imediata. Em Descartes, esta via não é imediata, pois a mente não é capaz de apreender as coisas como elas são em si. O que a mente apreende são as representações das substâncias. O conhecimento, portanto, não é das coisas em si, mas de suas ideias. Isto torna o conhecimento mediato. O acesso ao mundo só se dá pela via das representações. Os atos de pensar são imediatos, mas seu conteúdo é representacional, mediato (DESCARTES, 1962).

A inserção da representação no processo do conhecer não se inicia com Descartes, mas já aparece antes dele. Importante ressaltar que o que era defendido, antes de haver representação, por Tomás de Aquino, e.g., era que quando a natureza singular na matéria era recebida pelos sentidos, tornava-se espécie sensível e passava a imagem pela faculdade imaginativa do intelecto, para só então se transformar em species (forma real da coisa material). O conhecimento se dava na relação simultânea de atualização direta do intelecto e da coisa em que o conhecimento não teria outra causa senão esta relação de correspondência entre o ato de intelecto da forma inteligida que se mostra ao intelecto. Esta informação era, portanto, imediata e por si mesma (MURALT, 2008).

Contudo, com Duns Escoto, ocorre a substituição da informação imediata em ato intelectual pela representação e também a substituição da intuição pela abstração: surge algo que intermedia a coisa e o intelecto. A coisa passa a ser objeto representado, uma imagem que representa a coisa e, por se mostrar em imagem, surge a possibilidade da passagem do singular para o universal, sendo isto impossível na noética tomista. Para Aquino, a species era a forma da coisa inteligida enquanto

inteligível pelo intelecto no ato de intelecção, isto é, quando o intelecto entende, a forma da coisa se torna inteligível; em outras palavras, a forma se mostra ao e no intelecto, imediatamente e por si. Para Escoto, o intelecto não é informado pela species inteligível, mas pela species representativa. Isto ocorre porque se levanta o problema de como pode o intelecto entender sem que a coisa esteja ao seu alcance, no agora. Eis que surge a abstração no lugar da intuição e a produção de algo que reproduza equivalentemente (represente) o objeto que não se encontra disponível para ser entendido em ato (Ibid, 2008).

A intelecção não mais se conecta no agora diretamente à forma da coisa, mas cria um intermediário que a substitui e com o qual se relaciona quando o objeto não está presente. O intelecto pode, deste modo, transformar o singular sensível em universal inteligível. Este universal inteligível abarca todos os objetos sensíveis em um só conceito mental. Está fundado, então, o conceito, elemento base das ciências até hoje. Em vez de o intelecto conhecer a forma de cada coisa individual, diretamente e em ato, como proposto por Aquino, onde era preciso o contato do intelecto com a forma da coisa que se mostrava em species inteligível; agora não é mais necessário o intelecto entrar em contato com a coisa, pois dela produziu uma representação (os conceitos) que fica armazenada na memória. A species inteligível não é para Escoto a causa total, como o é para Aquino, mas uma causa parcial (MURALT, 2008).

Além da representação, outro elemento relevante em Escoto é que o intelecto é propenso a entender, é uma causa indeterminada superior ao objeto, donde surge a noção de subordinação do objeto ao intelecto e igual subordinação do intelecto humano ao intelecto divino (causa primeira). Como estão separados e independentes, o intelecto e objeto (duas causas unilaterais), o que acontece é que eles se aproximam e, juntos, cada um sendo uma causa e sem que a inferior (objeto) determine a superior (intelecto), produzem o ato de intelecção. Além disso, a origem da representação é divina, isto é, Deus produz a species que têm a semelhança representada do objeto no intelecto humano. O ato de intelecção não é ativo, mas passivo porque recebe a forma do objeto. Com isto, está erguida a diferença ontológica entre sujeito e objeto e seu modo distinto de funcionamento em relação ao tomismo, haja em vista que não mais se fala em forma inteligível que informa o intelecto, mas em representação que afeta o intelecto. Enquanto para Aquino, tratava-se da mesma situação ontológica a forma na coisa e a forma no intelecto expressa na species inteligível e, por isso, causas totais recíprocas; em Escoto se trata de uma semelhança do objeto posta por Deus na species e de um intelecto que não a capta, mas a recebe e com ela se relaciona. Está fundada a base para a ideia moderna de sujeito e objeto, da sua relação de influência e do afastamento do ser como um todo para dar lugar a um modo de pensar que separa e, conseqüentemente, diferencia. E ao falar em ato de julgar desvinculado de uma forma inteligível e vinculado à representação, tem-se o terreno para o que se colocará como central na modernidade: a chamada vida mental do sujeito. Surge, então, a ideia de que frente a uma situação qualquer ou objeto qualquer, o sujeito pode julgá-lo verdadeiro ou falso (Ibid, 2008).

Eis a base para a negação do princípio de correspondência por Descartes e a adoção do princípio de causalidade, o qual baseia as ciências naturais e busca afastar os equívocos oriundos do senso comum. A relação de causa e efeito permite afirmar que pelo efeito se pode chegar à causa, pois não pode haver um efeito sem uma causa que o origine. Este princípio foi fundamental para explicar, inicialmente, a ideia de

ideia inata, sendo esta a ideia de Deus. Como se prova, então, a existência de Deus? Descartes (1962) parte dos tipos de ideias. As ideias adventícias são causadas pelas substâncias e há ideias causadas pela própria mente. Mas a ideia de Deus, i.e., a representação de Deus, não pode ter sido causada pela mente nem pela substância, já que Deus não é nem substância nem criação mental do homem.

Porém, há ideias de coisas que nunca foram apreendidas pelos sentidos de ninguém e nem poderiam ter sido simplesmente causadas pela mente: são as ideias de onipresença, onipotência, onisciência, infinitude e perfeição, as características de Deus. Nenhuma dessas ideias são substâncias no mundo e nem podem ter sido causadas pela mente porque, neste último caso, as ideias que a mente causa sempre têm algum elemento de substâncias do mundo, mesmo que não existam de modo real, como duendes ou fantasmas. A ideia de perfeição, e.g., não tem correlato algum no mundo, mas pode ser apreendida por um ato mental. Ou seja, a perfeição existe e sua causa não está na mente nem nas substâncias do mundo. A causa desta ideia só pode ser uma causa primeira: Deus. Ao criar o homem, Deus insere nele a ideia (representação) de Deus. Tal ideia é inata, vem junto com a criação, e é graças a ela, que é um efeito, que se pode postular a existência de sua causa (DESCARTES, 1962).

Isto porque nenhum efeito pode ser causado por uma causa menos poderosa que o efeito. A mente é menos poderosa que Deus, logo, jamais poderia ter causado a ideia de Deus, senão, tê-la recebido diretamente Dele. E se o indivíduo tem em sua mente a ideia de onisciência, onipotência, onipresença, infinitude e perfeição e o eu pensante é apenas pensante, não é nada além disso, não é onisciente, onipresente, onipotente, infinito e perfeito, então esta ideia não foi produzida pelo eu. Isto porque se se tem a ideia de Deus perfeito e, obviamente, um ser imperfeito que é o eu, apenas um ser que pensa, não pode ter causado a ideia de perfeição. O eu não cria coisas novas, ele apenas pensa as já existentes. A ideia de perfeição, como as demais, só pode ter vindo de um Ser que a criou. Eis que, neste momento, Descartes ressalta dois tipos de realidade: a formal e a objetiva, sendo que a realidade formal de Deus não pode ser conhecida pela mente. Isto porque o conhecimento pleno de Deus, sua forma, é inacessível. O que se pode conhecer de Deus é somente sua representação, a ideia de Deus, não o Deus em si (Ibid, 1962).

Do mesmo modo, as substâncias do mundo, que apreendidas pela mente se tornam objetos, que são todas criadas por Deus, também não são acessíveis em sua realidade última, sua forma em si. Delas, o eu pensante só pode conhecer a ideia, a representação. Essas representações formam o que Descartes chamou de realidade dos objetos, i.e., realidade objetiva. Tal realidade é mental, captada por atos mentais, dos quais o juízo é aquele que promove o conhecimento científico, o qual, possui um grau maior de ser que o senso comum. A noção de graus de ser também é fundamental. Deus é grau último de ser, é a causa primeira. A ideia de Deus é a ideia que tem o mais alto grau de ser, pois é a mais próxima Dele, a mais verdadeira das ideias, a que é imutável. Depois, com menos grau de ser são as ideias das substâncias e, por fim, com o menor dos menores graus de ser, as ideias causadas pela própria mente, sendo estas, o puro senso comum (DESCARTES, 1962).

Quando se prova que Deus existe pela representação de Deus, que ele causa esta ideia (inata), prova-se que é possível conhecer outras substâncias e formar mentalmente uma realidade objetiva delas, pois estas também causam ideias, embora não perfeitas como Deus. As ideias podem ser imperfeitas, pois as coisas são

imperfeitas. Se há realidade na causa, (a realidade formal) há também no efeito (a realidade objetiva). O princípio de causalidade é sustentado pela causa primeira que é Deus, pois todas as coisas são efeitos desta causa eficiente. Se assim o é, as coisas do mundo também podem causar ideias (adventícias) e a própria mente pode causar algumas ideias; porém, todas são imperfeitas. Nenhuma ideia é como a causa primeira, i.e., Deus. Pelo efeito é possível postular a causa e, deste modo, funda-se a ciência moderna do mundo natural. É possível, ao homem, conhecer, mesmo que de modo imperfeito, representacional, o funcionamento do mundo através da relação entre os efeitos e suas causas (Ibid, 1962).

Disto, é possível construir um caminho seguro para chegar ao conhecimento científico. Neste caminho, para Descartes, é fundamental que não nos apeguemos ao pensamento que não o nosso próprio e nem as nossas conjecturas sobre certo objeto do conhecimento, pois tanto pensamentos alheios quanto palpites podem nos desviar da ciência e da verdade. Há esta preocupação com a verdade científica concernente ao objeto, de onde se parte do pressuposto que podemos conhecê-lo, não em sua realidade formal, mas objetiva. Para conhecer os objetos, é preciso fazer uso de dois atos mentais: a intuição e a dedução. A intuição é um ato puro mental, ou seja, é produzido unicamente pela mente. Graças a este puro ato que se é capaz de apreender a existência, os pensamentos e tantos outros conhecimentos necessários presentes no dia a dia como, e.g., que o ponto determina uma posição no espaço. A intuição tem o aspecto de ser livre de incerteza ou confusão. Ela não funciona como o ideal nem como a vontade. Os sentidos e a imaginação produzem compostos que podem ser distorcidos da verdade enquanto o modo de conhecer pela intuição é independente de equívocos, visto que ela considera cada objeto especificamente (DESCARTES, 1997).

Porém, a intuição não é o único ato mental de conhecer. Ela é a primeira, pois se volta para os princípios, requer evidências em si e só conhece os particulares. Entretanto, partir daquilo que se conhece é a conclusão do que é intuído pela mente. Primeiro se conhecem as substâncias necessárias e, por isso, verdadeiras, intuitivamente, como as verdades matemáticas. Depois, se conhece aquilo que é de ordem da certeza, mas não é evidente. Entre o princípio e o fim existem intermediários, os quais são conhecidos pelo ato de dedução, i.e., as substâncias do mundo. Também por dedução se pode chegar à conclusão do princípio já conhecido pela intuição. Por este ato que se pode compreender a relação entre uma coisa e outra, isto é, a dedução compete um encadeamento e não exige a evidência. Ela depende da memória do que já foi intuído anteriormente (Ibid, 1997).

Intuição e dedução são, portanto, os meios pelos quais se pode chegar ao conhecimento sem o perigo do erro. Trata-se das vias pelas quais a mente (espírito) conhece, onde na intuição se compreende toda a proposição a uma só vez de modo claro e distinto de outras proposições. Ao contrário, a dedução não se dá de uma só vez, pois requer que o sujeito infira uma coisa da outra, isto é, a dedução se dá em partes inter-relacionadas. Embora estas vias sejam diferentes em seu modo de funcionar, elas se complementam e melhoram-se de forma recíproca. Da mesma forma que se tem a separação e relação do sujeito e objeto, isto também se dá nos atos do entendimento do espírito. Os atos são distintos e relacionam-se, em que disto resulta um melhoramento dos mesmos. Nisto, é de fundamental importância nos atermos cuidadosamente a um ponto específico em vez de direcionarmos a

atenção para várias coisas ao mesmo tempo, isto é, como utilizar os atos mentais, a faculdade do juízo. Deve-se começar a aplicar a intuição nas coisas mais simples e, sem pressa, chegar à verdade. Aos que querem conhecer sem o treino de se deter ao objeto do conhecimento, correm o risco de apenas enganar-se (DESCARTES, 1997).

Não devemos nos deixar deslumbrar pelas coisas consideradas complexas e ignorar as mais simples. O pensamento se dá pela persistência em compreender o que é inicial e, com isto, se desenvolvem as habilidades mentais da perspicácia e sagacidade. A intuição não se direciona ao que é composto, mas ao que é elementar e uniforme, visto que ciência não se compreende de um todo disforme. Neste processo intuitivo, ao chegar à compreensão de certo elemento simples e deste haver uma conclusão, convém examinar também o que se concluiu. Trata-se de um movimento do espírito que relaciona uma e outra compreensão ao mesmo tempo em que as percebe como diferentes e, para isto, lança mão do ato de intuir e deduzir. Com isto, é possível pensar em relações e influências entre os diversos que é a máxima do pensamento científico moderno. Dito de outra forma, é preciso direcionar o espírito em busca de aprimoramento, o qual se dá quando seguimos a regra de intuir os particulares e deduzir os compostos que nos levará ao encontro do que foi intuído. Ambos os atos são mentais e não abarcam dúvidas, o que faz do espírito o centro da estrutura do pensamento, pois para Descartes, este procedimento leva a conhecer e favorece novas descobertas da verdade (Ibid, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nisto, Descartes postula a base das ciências naturais a partir de questões metafísicas com ênfase nas provas de que Deus existe e que Ele é a causa da ideia de Deus e das demais ideias como onipresença, onipotência, perfeição, etc. Com isto, prova-se, também, que o indivíduo não está sozinho no mundo e que não é autossuficiente, i.e., que embora seja capaz de pensar, não é capaz de criar, de ser sua própria causa. Porém, ao postular o princípio de causalidade como base para o conhecimento e a correspondente negação do princípio de correspondência, Descartes, na sequência de Duns Escoto, diferencia tipos diferentes de realidades onde a objetiva não corresponde à formal, mas é um efeito dela. Disto, se segue que o conhecimento, ao não ser mais das coisas em si, só pode ser uma representação mental e está no espírito (a mente). A mente, por sua vez, não está nas coisas, mas no indivíduo, até porque é este que foi criado por Deus com a faculdade mais elevada dos atos mentais que é o juízo.

Ao homem foi dado o ato mental de julgar e ele deve fazer seu uso adequado, sendo que o uso profícuo da racionalidade também é um elemento teológico já anteriormente defendido por Aquino. Em Descartes, pela razão, o homem deve fazer ciência para conhecer as coisas do mundo e seu funcionamento. Tal ação de conhecer o mundo está amparada por Deus e isto era essencial, pois não se podia fazer algo que fosse contra aquilo que a instituição religiosa postulasse como verdade, que fugisse ao rol da Palavra Divina. Para poder conhecer o mundo, era preciso fundamentar tal ação na existência de Deus e a partir dela. Caso contrário, outra possibilidade de conhecer talvez dificilmente teria aceitação.

Embora Deus não possa ser conhecido cientificamente, isto não impede o conhecimento de outras coisas criadas por Ele, pelo contrário. O fato de não se poder conhecer a perfeição não implica que nada possa ser conhecido. Descartes abre o

caminho para a ciência moderna e também outras possibilidades que se seguirão como a ideia de separação epistemológica entre a mente e as substâncias do mundo, os corpos. Há ideias fundamentais que virão depois como a de consciência que apreende as coisas do mundo, a relação entre sujeito e objeto, na qual é o sujeito que conhece o objeto, a subjetividade. Ideias estas que serão repensadas quando do surgimento de outros tipos de ciência como as humanas.

Descartes foi altamente inventivo, pois ele abandonou a tese do mundo que era a atitude realista e espontânea de partir de um mundo real, de onde deriva a questão do que são as coisas deste mundo. Perguntar pelo que é, é a atitude de supor que as coisas existem, trata-se de uma atitude natural, no sentido de ser espontânea, tal como as crianças o fazem. Elas começam por perguntar o que as coisas são e não se elas existem. Mas Descartes suspende a tese de um mundo real quando duvida de tudo e, com isto, o conhecimento se torna mais complexo, pois ele insere um ato voluntário que fará com que o mundo seja abordado a partir do rigor devido, sendo este científico. A ciência requer um ato de vontade e este ato ocorre a partir de um eu pensante. Admitir o real não requer esforço, é algo natural e imediato, não problemático. Descartes, então, abandona esta espontaneidade e mostra que outros também pode fazê-lo. Contudo, esta atitude depende da vontade de cada um, ninguém pode duvidar pelo outro, i.e., apreender a realidade do mundo a partir de uma contra atitude, a qual não se trata de ceticismo, mas de um método para chegar à verdade, respaldado pelo princípio de que todos possuem a mesma racionalidade.

A fundação do sujeito moderno, portanto, se dá a partir da pergunta tenho eu condição de conhecer qualquer coisa que seja? Quais são estas condições? Quais fontes e limites, bem como a validade do conhecimento que posso ter? Perguntas feitas por Descartes, que se ocupou de analisar o ato de conhecer antes da coisa a ser conhecida. Se tal problema fosse trazido à tona antes, talvez a modernidade também tivesse se iniciado antes, o que evidencia a sua originalidade comparada a períodos anteriores. Antes, ninguém havia definido, claro e distintamente, a partir do sujeito, o tipo de conhecimento que se tem acesso porque não houve uma atitude artificial perante o mundo, a partir de outra perspectiva que não a natural. Em outras palavras, suspender o mundo como real e duvidar da sua existência é uma atitude que não é espontânea, é preciso ter vontade e fazer esforço para isso. Tal atitude artificial se fez necessária porque, na época, a ciência conhecida estava a ser questionada devido a novas observações com ajuda de novos instrumentos e do avanço da Matemática, e.g., em contraposição à ciência aristotélica. O mundo estava em crise e era preciso uma nova perspectiva, a qual Descartes encontrou em uma atitude artificial.

A Descartes se pode relacionar, então, à fundação do eu pensante e da subjetividade, para o qual o problema está em como conhecer o mundo e, nos séculos seguintes, como conhecer a própria mente, quando da fundação da psicologia, ou ainda como conhecer as sociedades, quando fundação de ciências como sociologia e antropologia. Ciências que, inicialmente, adotam parâmetros das ciências naturais e, gradualmente, se desenvolvem em novos métodos de investigação mais adequados aos seus objetos de estudo. Porém, apesar de grandes diferenças que surgiram na constituição das ciências, todas elas parecem ter, ao menos em parte, sua raiz no ato mental do juízo, neste eu que pensa, que, como salientado por Descartes, é o que está em nosso poder, bem como no método que, hoje, são métodos.

Neste sentido, da fundação da subjetividade e, com ela, outras ciências para além das ciências naturais como as humanas, sociais e sociais aplicadas, cabem algumas considerações quanto ao que temos presenciado, na contemporaneidade, em nosso país: um movimento político de destruição de espaços públicos voltados ao pensar e ao fazer ciência (qualquer ciência), mas, especialmente aquelas que se dedicam à reflexão e ação com vistas a alguma transformação da realidade social. Estas ciências, que muito embora sejam bastante diferenciadas da ciência em época de Descartes, trazem consigo a possibilidade de desenvolver a capacidade de múltiplos modos de pensar.

Atualmente, vemos um movimento contra a multiplicidade de pensamento e em favor de valores como mercado e consumo, os quais estão pautados em uma lógica de exploração que se revela nas relações subjetivas como um todo. Nesta lógica, ciências são propriedade exclusiva de empresas, bem como a educação, a qual passa ser um produto a ser vendido aos que podem pagar. Aos sujeitos, aqui tratados como objetos, cabe consumir o que lhes é oferecido sem questionar as consequências desta ação massiva de devoramento dos recursos do planeta. A própria noção entre sujeito e objeto tem se modificado. Se, em Descartes, tínhamos um sujeito fundado no cogito enquanto base de sua existência, de lá para cá, outras configurações já se mostraram, dentre elas o sujeito em Kant, o sujeito em Freud, o sujeito em Deleuze, para citar apenas alguns. Cada qual com sua relação com o objeto. Mas, hoje, sabemos de que sujeito e de que objeto estamos a falar?

Ao que parece, não mais falamos de um sujeito e objeto universais, mas de sujeitos e de objetos, de multiplicidade, a qual permite uma margem maior de transformação das estruturas não só psíquicas, mas sociais. É neste ponto que estamos: uma modificação talvez nunca vista ainda, dentro de um tempo tão curto, e que tem abalado antigas estruturas sociais. Destas enraizadas formas de pensar e agir, sobretudo em países como o Brasil que foi historicamente construído pelo extermínio de povos e economicamente erguido pela escravidão, é que emerge a reprodução de ações violentas do passado, aquelas pautadas em uma lógica de um único tipo de sujeito, o qual tem pleno domínio sobre outros – tal qual a lógica do senhor sobre os escravos, do colonizador sobre os colonizados – estes últimos vistos pelos primeiros como ontologicamente desprovidos de dignidade humana.

Tais questões de âmbito político estão juntas às questões epistemológicas. Descartes buscou provar que é possível conhecer a partir da prova da existência de Deus, a qual era um elemento teológico e político central em sua época. Hoje, se continuamos a afirmar que é possível conhecer, qual nosso ponto de partida? Em que medida e de que maneira o científico e o divino se relacionam em um país como o Brasil, constituído de múltiplos povos e culturas? De qual ciência estamos a falar e de qual divino? De que modo tem se dado a relação entre epistemologia, teologia e política? São questões que escapam ao escopo deste texto aprofundar, mas, ao menos, ficam pontuadas para outros debates.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

_____. **Meditações. Obra Escolhida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962, p.p.105-197.

_____. Regra III; Regra IX; Regra XI. In: **Regras para a Direção do Espírito**. Lisboa: Edições 70, 1997 p.p.18-22, p.p.53-56, p.p.61-64

GILSON, É. O Ser e sua Necessidade. **O Espírito da Filosofia Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.p.53-84.

MURALT, A. La Doctrina Medieval del *esse objectivum*. In: **La Apuesta de la Filosofía Medieval**. Estudios tomistas, escotistas, oackmistas y gregorianos. Maercial Pons, 2008, p.p.127-203.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v.2, n.2, 1988, p.p.46-71.